

PENSANDO A PARTIR DE TRAJETÓRIAS, ENCONTROS E CONEXÕES: OS ELOS QUE UNEM O GRUPO DE PESQUISADORES SOBRE MICRO E MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

Nécio Turra Neto

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo

necio.turra@unesp.br

Resumo:

A mesa redonda, realizada no V Seminário Internacional sobre Microterritorialidades nas Cidades e V Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, intitulada “Mesa de discussão do Grupo de Pesquisadores Microterritorialidades nas Cidades e Múltiplas Territorialidades” deveria ser um espaço para que cada membro do Grupo trouxesse seu ponto de vista sobre o que nos conecta e dá consistência a esta articulação. A opção adotada aqui foi por realizar um trabalho de memória, sobre como entendi e acompanhei os usos do conceito de território na Geografia Brasileira, ou em uma parte dela, passando pelos esforços em elaborar uma definição que fosse apropriada para a leitura que precisava fazer do universo que escolhi estudar, até chegar aos encontros com aqueles que, em seus próprios contextos e a partir de seus próprios universos de pesquisa, também convergiam para o debate em torno dos microterritórios do cotidiano. Procuo chegar ao momento atual, em que minha relação com o conceito passa por um período de arrefecimento, até apontar os caminhos que se abrem para o futuro.

Palavras Chave: Território. Geografia Brasileira. Grupo Micro Múltiplas Territorialidades.

THINKING TRAJECTORIES, MEETINGS AND CONNECTIONS: THE CEMENT THAT UNITES THE RESEARCH GROUP ON MICRO AND MULTIPLE TERRITORIES

Abstract:

The round table, held at the V International Seminar on Microterritorialities in Cities and V National Seminar on Multiple Territorialities, entitled “Discussion Table of the Microterritoriality Researchers in Cities and Multiple Territorialities” had should been a space for each member of the Group to bring their point of view on what connects us and gives consistency to this articulation. The option adopted here was to do a memory work, about how I understood and followed the uses of the concept of territory in Brazilian Geography, or in a part of it, going through the efforts to elaborate a definition that was appropriate for the reading that needed to be done about the universe that I chose to study, until I came to the meeting with those who, in their own contexts and from their own research universes, also converged on the debate around the daily microterritories. I try to get to the present moment, when my relationship with the concept goes through a cooling period, until I point out the paths that open up for the future.

Key words: Territory. Brazilian Geography. Micro Multiple Territorialities Group.

PENSANDO EN TRAYECTORIAS, ENCUENTROS Y CONEXIONES: LOS ENLACES QUE UNEN AL GRUPO DE INVESTIGADORES EN MICRO Y MÚLTIPLES TERRITORIALIDADES

Resumen:

La mesa redonda, celebrada en el V Seminario Internacional sobre Microterritorialidades en Ciudades y V Seminario Nacional sobre Territoriales Múltiples, titulada “Mesa de debate de los investigadores de microterritorialidad en ciudades y múltiples territorialidades” debería ser un espacio para que cada miembro del Grupo pueda traer su punto de vista sobre lo que nos conecta y da coherencia a esta articulación. La opción adoptada aquí fue hacer un trabajo de memoria, sobre cómo entendí y seguí los usos del concepto de territorio en la Geografía brasileña, o en una parte de ella, pasando por los esfuerzos para elaborar una definición que fuera apropiada para la lectura que debería hacer del universo que elegí estudiar, hasta que llegué al encuentro con aquellos investigadores que, en sus propios contextos y desde sus propios universos de investigación, también convergieron en el debate en torno a los microterritorios diarios. Trato de llegar al momento presente, cuando mi relación con el concepto pasa por un período de enfriamiento, hasta señalar los caminos que se abren para el futuro.

Palabras Clave: Territorio. Geografía brasileña. Grupo de Micro y Múltiples Territorialidades.

Pinto a mim mesma porque sou sozinha. Sou o assunto que conbeço melhor (Frida Kahlo).

Introdução

No ano de 2018, estive mais uma vez a frente da Organização do Seminário Internacional sobre Microterritorialidades nas Cidades e Seminário Nacional sobre Múltiplas territorialidades, em sua 5ª. edição, realizada na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na cidade de Presidente Prudente. Esta foi a segunda vez que o evento ocorreu na UNESP – a primeira foi em 2012, também sob minha coordenação.

Como membro do Grupo Micro e Múltiplas Territorialidades de pesquisadores que organiza este evento desde pelo menos o ano de 2010, recebi – juntamente com os outros membros – a missão de refletirmos sobre aquilo que faz de nós um Grupo, um coletivo que, apesar de não ter registro formal no CNPq, tem feito esforços, nos últimos 10 anos, para levar adiante este evento, mantendo sua periodicidade e também publicando coletivamente os resultados dos encontros. Na mesa intitulada “Mesa de discussão do Grupo de Pesquisadores Microterritorialidades nas Cidades e Múltiplas Territorialidades”, cada expositor deveria trazer seu ponto de vista sobre o que o conecta ao Grupo e o que dá consistência a esta permanente articulação.

Esta questão, profundamente pessoal e afetiva, colocou a mim aqueles velhos desafios de quando somos convidados a realizar uma exposição: como abordar o tema? Como puxar um fio e tecer um argumento? E foi em direção a este fio que optei por falar de trajetórias e de encontros, de amarrações e de tessituras. Trajetórias múltiplas que se dão em múltiplas dimensões: aquela da Geografia Brasileira, aquela das pessoas que compõem o coletivo e a minha própria. Somos resultado da imbricação destes fios, eles são a matéria prima com a qual alinhavamos o Grupo Micro Múltiplas Territorialidades.

Assim, revisito o percurso pessoal sobre o tema em torno do qual o Grupo se organiza, tentando fazer uma conexão entre minha trajetória biográfica e o contexto mais amplo da Geografia Brasileira. Trata-se, portanto, de um trabalho de memória... e de como entendi e acompanhei os usos do conceito de território na Geografia Brasileira, ou em uma parte dela, passando pelos esforços em elaborar uma definição que fosse apropriada para a leitura que precisava fazer do universo que escolhi estudar, até chegar aos encontros com aqueles que, a partir de seus próprios contextos e universos de pesquisa, também convergiam para o debate em torno dos microterritórios do cotidiano. Procuo chegar ao momento atual, em que minha relação com o conceito passa por um período de arrefecimento, até apontar os caminhos que se abrem para o futuro.

Antes de iniciar, contudo, é preciso apresentar duas proposições que ajudam a compreender a forma como tenho conduzido a relação com o conceito de território/territorialidade. Primeiro, esta não é uma fala de um territorialista, de alguém que tenha realizado um mergulho vertical sobre a trajetória histórica do próprio conceito e sobre suas múltiplas definições contemporâneas, em diferentes campos científico e abordagens na própria Geografia e, por isto, é uma fala despretensiosa. Ou seja, não tem a intenção de trazer grandes elaborações conceituais para além dos casos estudados, nos quais o conceito de território fez sentido, mesmo porque:

- a. Dialogando muito com a Antropologia, posso dizer que sofro hoje da “Maldição de Geertz”, para quem haveria uma territorialização essencial de todo conhecimento, ou seja, ao estudarmos contextos muito confinados, em abordagens microscópicas, como é o caso da pesquisa de natureza etnográfica que tenho empreendido, dificilmente podemos nos dar ao luxo de realizar grandes abstrações (GEERTZ, 1989). Para Pimenta (2009), o pensamento de Geertz reconhece que o texto científico tem uma factualidade espaço-temporal bastante específica, pois resultado de um encontro entre

sujeitos que não representam mais do que eles mesmos. Há neste pensamento uma dúvida epistemológica em relação à atividade científica que só pode se realizar através de uma descrição densa de uma realidade muito circunscrita e que não se sente autorizado a falar para muito além dela.

- b. Compartilho com Haesbaert (2014, p. 91 – destaque meu) da ideia de que conceitos são mais “transformadores” do que “reveladores”,

... operam não só como produtos, mas também como produtores [produtores de novos pensamentos – de possibilidades de leitura da realidade e da própria realidade]. Segundo Holland, mais importante que a definição formal de um conceito é saber lidar com ele, entender como ele ‘funciona’ e o que pode ser ‘feito’ com ele. Assim, *os conceitos não definem seu conteúdo independentemente de seu uso em um determinado contexto.*

E minha atitude em relação ao conceito tem sido mais ou menos esta: eu o tenho usado... e, portanto, tenho elaborado o conceito segundo as necessidades de interpretar os contextos específicos que me meto a estudar.

A segunda posição inicial, reelaborando o que escrevi em 2012, é que, quando falamos em território, estamos nos referindo a certo tipo de relação com o espaço geográfico, uma relação de apropriação, pela qual um grupo marca o espaço com os signos de sua alteridade, que é comunicada aos outros grupos com os quais estabelece negociação territorial. “Falar em território nos remete, portanto, ao sujeito social que se territorializa.” Território, assim, nem sempre está aí distinguível na paisagem, ele tem uma dimensão imaterial no quadro das relações sociais mediadas pela materialidade do espaço e é, por conseguinte, o ponto de chegada da pesquisa, não seu ponto de partida (TURRA NETO, 2012a, p. 425).

O percurso

Tudo começou com a proposição de um objeto de estudo (a cultura punk em Londrina) que, naquele período de fins dos anos de 1990, parecia só poder se tornar objeto de estudo para a Geografia a partir do conceito de território! Num contexto cujo centro da preocupação da nossa disciplina era com a organização do espaço para a produção (seja urbano, rural, da rede urbana, dos fluxos etc.), tanto quanto com a produção do próprio espaço (mais especificamente o urbano), perguntava-se pouco sobre como se dava a vida

social neste espaço, ou como o espaço produzido se desdobrava em condição e meio para relações sociais e culturais.

Esta proposição me colocava em sintonia com um movimento mais amplo que estava se passando na Geografia Brasileira, naquele momento, em que, por um lado, havia uma afirmação de temáticas culturais como objetos de estudo legítimos da Geografia e, por outro, uma espécie de redescoberta e renovação do conceito de território.

Como argumenta Fuini (2014, p. 4),

[...] o conceito de território não foi central no processo de renovação da Geografia brasileira ocorrido entre 1960 e 1980, movimento mais centrado no conceito de espaço geográfico, sobretudo por aqueles que seguiam a teoria do valor de Karl Marx (1818-1883). A verdadeira expansão e qualificação desses estudos de território e territorialidade ocorre no início dos anos 1990, com a retomada do conceito como conteúdo explicativo das práticas sociais e espaciais vigentes.

Segundo o próprio Fuini (2014), com quem eu concordo¹, dois textos em meados dos anos de 1990 foram seminais para esta renovação do conceito: i. o texto de Marcelo Lopes de Souza (1995), no livro “Geografia: conceitos e temas”, que falou de territorialidades flexíveis e em rede e do território como um campo de forças projetado no espaço, mais do que propriamente espaços concretos; ii. o livro de Rogério Haesbaert (1997), “Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste”. Ambas as obras tiveram o mérito de apresentar um uso do conceito para além de sua vinculação imediata ao Estado Nação, abrindo todo um campo de possibilidades de leitura de diversas práticas espaciais a partir dele. Elas tiveram particular influência sobre a forma como elaborei a noção de território adequada para fazer a leitura da cultura punk na cidade de Londrina. Uma noção que foi se fazendo no próprio percurso da pesquisa, segundo as necessidades impostas pelas evidências empíricas – conforme apresentarei adiante.

Ao mesmo tempo, dois conjuntos de mudanças paralelas estavam em curso naquele momento (eu diria que como tendências já bem consolidadas), que criaram um contexto favorável para que o conceito de território ganhasse centralidade na Geografia Brasileira e fosse acionado para incorporação de temas culturais como objetos de estudo. O

¹ A esses dois autores, acrescentaria também o livro MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (org.). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. UFRGS; Ed. UNISC, 1995. Neste, uma série de artigos foram particularmente inspiradoras para o trabalho que estava desenvolvendo.

primeiro conjunto tem relação com as transformações na vida social com a globalização e o aprofundamento da modernidade, que apontavam para enfrentamentos, conflitos e tensões no campo da cultura. Trata-se da ampliação dos contatos culturais, da grande difusão dos meios de comunicação de massa e da cultura do consumo, dos efeitos disso na vida cotidiana. Por um lado, apontam que os contextos de interação e de valores localizados são atravessados e mesmo deslocados por referências culturais de diversas ordens, provenientes de diversas escalas, desencaixando e embaralhando posicionalidades sociais consideradas estáveis e impondo aos indivíduos e às sociedades em geral a necessidade de reelaboração de suas certezas. Tudo isto evidencia que muitas e importantes questões do nosso tempo são de ordem cultural, ou se referem a embates no campo da cultura (HALL, 1997).

Basta olharmos algumas pautas do debate político contemporâneo no Brasil, como por exemplo, embates em torno do conceito de família; da descriminalização do aborto; do reposicionamento da população negra na sociedade brasileira, inclusive com representatividade em vários espaços, para vermos que se tratam no fundo de tensões e negociações no campo da cultura, sobre o que as coisas significam. Ou, quando nos deparamos com o debate sobre “ideologia de gênero” ou “escola sem partido”, que envolve grupos conservadores negociando o que deve ou não ser ensinado nas escolas, estamos assistindo não meramente a um debate sobre currículo, mas sobre o currículo como política cultural, como instrumento que tem o poder de construir identidades e visões de mundo. Ou mesmo quando vemos as grandes tensões em torno de demarcação de terras indígenas e quilombolas no Brasil, estamos diante de questões não só de disputa por uma fração do território nacional, como também de ordem cultural, em que ao mesmo tempo a afirmação de uma identidade étnica é condição e resultado da delimitação territorial, visto que o grupo deixaria de existir se não houvesse o território em que se constituiu historicamente enquanto grupo. São, portanto, dimensões que se coconstituem de forma tensa e contraditória. Ou seja, o campo da cultura é um campo de lutas e esta constatação está cada vez mais explícita.

O segundo conjunto de mudanças tem a ver com o modo como o campo científico passou a reconhecer que não daria conta de compreender as grandes transformações e debates do nosso tempo se não se voltasse para a compreensão da cultura, como uma dimensão central da vida social. Alguns autores vão nomear este movimento de virada cultural nas ciências sociais (HALL, 1997).

Por cultura, estou entendendo aqui, de forma bastante ampla, aquela dimensão da vida social ligada a visões de mundo, representações e imaginários sobre as coisas, sobre si mesmo e os outros, que influenciam as pessoas nas suas construções de si, dos seus grupos de afinidade e das suas distinções sociais, que lhes permite se orientar no mundo, demarcar posicionalidades e agir. Todo um universo simbólico em que suas ações ganham e fazem sentido.

É assim que se vê o tema da cultura ganhar espaço na Geografia Brasileira (acompanhando tendências que já estavam mais consolidadas em países do norte global). Contudo, a Geografia Cultural é bastante diversificada internamente. Não há uma questão, um objeto de estudo ou mesmo um conjunto preciso de referências teóricas e/ou metodológicas que lhe garanta unidade.

Em sintonia com o movimento de renovação crítica na Geografia Brasileira, dos anos de 1980 em diante, que se voltava ao estudo dos movimentos sociais e dos grupos sociais excluídos – para a qual o conceito de território também se tornou importante –, há uma vertente da trajetória da Geografia Cultural, já nos anos de 1990 no Brasil, que passa a se preocupar com algumas das “minorias” (no sentido dos que têm menos poder) da nossa sociedade, como mulheres, negros, LGBTQ+, jovens (como meu caso), uma vertente que encara justamente a cultura como um “território contestado”. Os percursos destes estudos são também eles bastante plurais como as trajetórias das geografias feministas e *queer*, por exemplo.

O território era o conceito identificado, dentro do repertório oferecido pela Geografia, naquele momento, para permitir que estes geógrafos e geógrafas incorporassem estas temáticas não usuais na nossa disciplina. A partir do conceito de território, libertado da perspectiva que o limitava aos contornos estatais, uma série de ações políticas e relações de poder, mediadas pelo espaço, puderam enfim entrar na Geografia, que então se abria em direção aos sujeitos sociais, suas práticas e subjetividades. A princípio, um movimento que estava sendo feito por pesquisadores e pesquisadoras isolados em suas universidades, sem muito contato entre si.

Em todo caso, é aí que identifico um movimento bastante criativo de uso do conceito de território na Geografia Brasileira, no qual situo o Grupo Micro e Múltiplas Territorialidades, cuja trajetória inicial partiu de Porto Alegre, com os parceiros Benhur Pinós da Costa, Alvaro Heidrich e Cláudia Zeferino Pires. Com esta trajetória eu me

encontrei no ano de 2004, em um Congresso Brasileiro de Geógrafos, em Goiânia, logo quando estava em lançamento o livro resultado da dissertação de mestrado sobre a cultura punk e sua territorialização na cidade de Londrina (TURRA NETO, 2004) e quando estava ingressando no doutorado, continuando com os estudos das culturas juvenis urbanas. Foi um alento descobrir que havia outros pesquisadores na Geografia Brasileira que estavam debatendo os microterritórios que se formam nas cidades a partir da ação de diversos grupos identitários.

Contudo, só passei a fazer parte do Grupo em 2009, quando fui convidado para uma mesa redonda que dividi com Benhur da Costa, na cidade de Francisco Beltrão, no Paraná. Mesa redonda, aliás, que era parte do II Seminário sobre Múltiplas Territorialidades, realizado na UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)². Uma mesa de discussão específica sobre as “microterritorialidades”, fato que gerou a necessidade de organização de um evento com esse foco, que veio a ocorrer logo no ano seguinte, em dois momentos distintos, na Escola de Serviço Social da UFRJ e na ULBRA Canoas, Rio Grande do Sul. Nesta ocasião participei também de uma mesa redonda, desta vez dividida com Joseli Maria Silva³.

Os elos então eram não só tecidos como também estreitados. Ao conhecer mais e melhor estes parceiros de jornada em torno do debate sobre território, a partir de estudos sobre população negra, jovens, travestis, homens gays, também conhecia seus textos, o que só fazia ampliar a identificação. Os encontros periódicos nos eventos de Micro e Múltiplas Territorialidades e também em eventos diversos da Geografia, o contato permanente em bancas de defesa de mestrado e doutorado – o que nos permite trocas significativas e amplia nosso entendimento mútuo sobre o trabalho que cada um desenvolve –, foram criando um amálgama que dá unidade ao Grupo, que o fortalece afetiva e intelectualmente.

Assim, ao longo deste período de conexão permanente, o grupo tem se constituído um laboratório da crítica sincera – mesmo que as vezes dura –, um lócus de interlocução em torno das pautas de pesquisa que nos instigam mutuamente e um alento em tempos sombrios, onde nos fortalecemos uns aos outros nos enfrentamentos que precisamos fazer, seja no campo acadêmico, seja nos diversos engajamentos para além da universidade.

² Os resultados deste evento foram publicados no livro: PEREIRA, S.R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de. (org.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

³ Os resultados deste evento foram publicados no Dossiê Temático - Microterritorialidades Urbanas, da Revista *Terr@ Plural* (v. 6 n. 2), de 2012.

A construção de uma noção de território para ser usada

Da minha parte, o encontro com o Grupo se deu num momento em que já havia elaborado uma noção de território, a partir da leitura da cultura punk londrinense, tal como desenvolvi em outro momento (TURRA NETO, 2000). Nesta parte do texto, trago o processo de elaboração desta noção e as minhas principais referências. Foi a partir desse movimento de elaboração de uma compreensão do território, feito sem muitos interlocutores na Geografia, para além das referências bibliográficas, que identifiquei no Grupo e fui identificado por seus precursores, como alguém que compartilhava interesses comuns.

Começo destacando a enorme contribuição de Souza (1995), ao flexibilizar o conceito de território. Território como campo de forças que delimita uma alteridade; territorialidades flexíveis, descontínuas – pontos articulados pelas práticas dos sujeitos pelas quais ganham sentido e unidade.

Na cena punk londrinense, os pontos de encontro, os bares e as festas, algumas vezes compartilhados com outros grupos juvenis, sempre com tensão, territórios que se formavam e se dissipavam ao sabor dos encontros; as diversas áreas da cidade articuladas numa mesma noite, pareciam revelar ao vivo e em cores, aquela ideia de território de Souza. Nesse sentido, a noção que passei a construir era muito tributária desta contribuição, e outras foram sendo incorporadas.

Holzer (1997), por exemplo, a partir da fenomenologia, ofereceu o *insight* de que a ação que funda o território pelos atores não precisa ser necessariamente deliberada e intencional (para dominar e controlar coisas e pessoas). E na cultura punk, estava diante de práticas cotidianas pré reflexivas que, pelo simples fato de se darem num contexto de multiplicidade, colocavam-se de forma coesa demarcando parcelas de áreas urbanas, como possibilidade mesmo de sua existência enquanto cultura partilhada por sujeitos de diversos cantos da cidade. Além disso, cultura punk é constituída predominantemente por jovens, mais preocupados em estar uns com os outros, praticando a cultura que escolheram, do que em dominar espaços. São cultura e território de existência, não de ação estratégica.

De Raffestin (1993) retive a visão de que o território envolve apropriação de determinado espaço e sua representação para os atores envolvidos na apropriação e

também para os outros, estabelecendo uma relação de comunicação. Os limites, as fronteiras são sinais, são comunicação, que estruturam os territórios (sem que precisem estar inscritas no terreno). Deste autor também vem a centralidade da relação de alteridade, de inclusão e exclusão, inerente ao estabelecimento de limites comunicados por uma relação social com o outro, mediada pelo espaço (uma relação triangular).

Esta ideia foi interessante porque me permitiu argumentar que nem todas as pessoas podem ler estas mensagens e que estas estão abertas para diferentes tipos de leitura. Permitiu-me pensar que a informação comunicada é um código que faz sentido para aqueles que se colocam na cidade como parte dos jogos territoriais que estão ali acontecendo – são os que possuem um mapa dos pedaços compartilhados e interditados. Para muitos cidadãos, sua circulação pela cidade pode significar o cruzamento de territórios dos quais nem chegam a tomar conhecimento.

A contribuição de Haesbaert (1997) está em sua ênfase nos processos de apropriação, sobretudo, na sua ideia de que a apropriação não é aleatória. O espaço é apropriado e tornado território de um grupo também por aquilo que ele significa. “O espaço, portanto, é apropriado não apenas como objeto material, mas também como símbolo” (TURRA NETO, 2000, p. 92). Assim, pude entender o porquê de certas áreas serem preferidas em relação a outras, o porquê de certos locais intersticiais na cidade, a preferência por certos estabelecimentos, por certa atmosfera... assim, o substrato material do território joga um papel na territorialização que ali acontece.

Barcellos (1995) é particularmente inspirador, em sua ideia de território como “microlocalismo gerador de cultura”, uma referência no amplo espaço da cidade para o encontro do grupo, em que se exercita as referências que os une.

[...] O território como expressão de um ‘estar junto sensível’, que tem relação com um desejo de estar ali e não em outro lugar, num processo de compartilhar; o território como ‘potência da sociabilidade’; e, o território como um ponto de referência, necessário num mundo onde as referências baseadas na tradição e na vizinhança se fragilizam (TURRA NETO, 2000, p. 93).

Ou seja, uma ideia de território muito apropriada para pensar as redes de sociabilidade em torno de referências “culturais transterritoriais” (CANCLINI, 2006) que abarcam pessoas de diferentes lugares da cidade, fazendo-as convergir para os mesmos locais, estabelecidos como pontos de encontro – os “terminais de conexão”, como depois

passsei a nomear, a partir da contribuição de Carrano (2002). Uma ideia capaz de permitir uma leitura das práticas de sociabilidade e elaboração cultural próprias de sociedades modernas desencaixadas (GIDDENS, 1991) e de cidades que se pluralizaram em múltiplos contextos de interação. Ideia que já estava presente em Souza (1995), mas aqui ganha outras nuances.

A contribuição de Barcellos (1995) foi importante para pensar sobre as pulsões da sociabilidade que levam os sujeitos a quererem estar uns com os outros – aqueles que foram escolhidos como seus pares, a partir das referências culturais que portam (MAFFESOLI, 1987). O território como o elo que possibilita o encontro, ao mesmo tempo que é criado por ele.

Mais recentemente, já com a pesquisa da tese concluída (TURRA NETO, 2012b), e influenciado pelo encontro com membros do Grupo Micro Múltiplas Territorialidades, passei a encarar aquilo que fazia como microterritório. Nesse sentido, Benhur da Costa (2013) é uma grande fonte de inspiração, para quem os microterritórios têm um caráter intersticial, acontecem nas brechas, em contraponto e em confronto com certa ordem hegemônica. Funcionam para quem os constitui, como um *locus* de afirmação identitária, onde estar entre iguais permite a expressão sem amarras/barreiras de suas referências culturais, comportamentos, orientações. É um espaço produzido pelo encontro e interação, que serve de mediação para a constituição dos sujeitos individuais e coletivos (cuja reunião faz com que também tenham a potência de emergirem como sujeitos políticos, com maior poder de visibilidade e negociação).

Também a partir do debate no Grupo, surge a ideia de que para certos sujeitos sociais o território pode funcionar ao mesmo tempo como proteção e como prisão. Costa e Bernardes (2013), estudando os microterritórios de sujeitos orientados para o mesmo sexo em Presidente Prudente, argumentaram que, a despeito da diversidade de sujeitos que realizam o encontro que funda territórios (com posições de centro e de margem sempre cambiantes), os microterritórios funcionam como uma forma de proteção, mas também de exclusão ou confinamento, na medida em que as práticas homoafetivas são reconhecidas e toleradas, desde que circunscritas àquele tempo/espaço (TONELI; PERUCCHI, 2006).

As considerações da pesquisa e seus desdobramentos

Entre o encontro inicial e a adesão ao Grupo, em 2010, houve a elaboração da tese. Já no final da dissertação, do território havia chegado ao conceito de lugar, como capaz de compreender o movimento permanente de territorialização que havia identificado, o que me conduziu também a incluir de forma mais alargada a dimensão do tempo. Identifiquei na cultura punk de Londrina uma territorialização que ia se fazendo como um movimento em que se amalgamavam a história daquela cultura juvenil no lugar e a história da própria cidade, da produção de seu espaço.

Ao seguir as trajetórias de culturas juvenis e como em torno delas foram sendo tecidas redes de sociabilidade, territorializando-as localmente, fui identificando a historicidade de sua espacialização no lugar. Territórios movediços, renovados a cada passo e sempre mediante negociação, ao mesmo tempo que a própria cultura no seu movimento localizado também se transformava, com a chegada de novatos (novos jovens que descobrem nelas possibilidades de sociabilidade e socialização), que fazem com que nos terminais de conexão aconteçam não apenas o encontro entre aqueles que partilham as mesmas referências, mas também muita divergência e negociação em torno dos sentidos da própria cultura, com desdobramentos na sua territorialização.

Além disso, no lugar, estas culturas juvenis são sujeitos políticos em potencial, ora com maior ora com menor poder de pautar questões no debate público. Sua relação com os sujeitos políticos e culturais já constituídos no lugar joga também um papel importante na forma e na intensidade da territorialização destas culturas juvenis⁴.

Estas últimas considerações me conduziram a problematizar a ideia de identidade, como ao mesmo tempo uma reivindicação de um direito de ser e um dever ser. Uma tensão permanente entre adesão a um conjunto de referências e a adequação destas mesmas referências a processos de subjetivação a partir delas. É neste movimento que passo a ler a cultura juvenil punk (e também a hip hop) como um campo cultural em disputa, em que os sujeitos que as incorporam para a elaboração de sua identidade passam a participar do movimento de produção localizado dessas culturas, negociando permanentemente seus sentidos. Assim, nada parece ser fixo ou ter uma unidade coesa, seja o território, seja a própria identidade...

Também não há um sentido fixo para o próprio conceito, como apresentado no início, uma vez que o estudo de grupos sociais específicos em movimento de constituírem e negociarem entre si e com os outros seus territórios e identidades, apontam para a

⁴ Importante mencionar que na tese, defendida em 2008, foram estudadas as culturas juvenis punk e hip hop.

necessidade de que os próprios conceitos, normalmente elaborados a partir de outras referências empíricas e contextos de tempo e espaço, não possam permanecer iguais a si mesmos. Portanto, está tudo em devir (territórios, identidades, conceitos) e a pesquisa só pode retirar um retrato momentâneo, impreciso e datado deste movimento.

Estas considerações têm encontrado no Grupo uma fonte de inspiração, visto que alguns de seus membros estão em diálogo com referências pós estruturalistas, feministas, descoloniais e fenomenológicas/existencialistas que apontam para abordagens abertas à multidimensionalidade do espaço e das relações instituidoras de territórios e ao movimento incessante da realidade que desafia nossas estratégias de representação.

Atualmente e o futuro

Como uma trajetória ainda em processo, cujo encontro não faz com que se finda e deixe de correr, tenho colocado, a mim e ao Grupo Micro Múltiplas Territorialidades, novas questões, inclusive sobre os limites do conceito de território.

Se território é uma das formas de abordar o espaço (SUERTEGARAY, 2000; HAESBAERT, 2014), um conceito de espaço deveria preceder o de território: – qual o conceito de espaço subjacente à ideia de território de Souza, que exerceu grande influência neste conjunto de pesquisas que citei? As práticas que fundam território estariam também implicadas na produção do espaço? Como afinal, estamos imaginando espaço a partir do conceito de território?

Por outro lado, apenas o conceito de território, na Geografia, permitiria a leitura da ação dos sujeitos, das práticas espaciais? Apenas o conceito de território seria político, só por meio dele a Geografia poderia abordar as relações de poder no espaço?

Apesar de ter esboçado uma resposta a estas inquietações em outra ocasião (TURRA NETO, 2015), penso que as questões permanecem ainda em aberto, carecendo de maior aprofundamento. Espero que nossa parceria possa iluminar estas e muitas outras inquietações que sei que pululam nos debates deste Grupo, do qual tenho a honra de fazer parte.

Referências Bibliográficas

BARCELOS, J. A. S. Territórios do cotidiano: introdução à uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (org.). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. UFRGS; Ed. UNISC, 1995. p. 40 – 48.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relime Damurá, 2002.

COSTA, B. P. da. Microterritorialidades: uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z. (org.). *Maneiras de ler: geografia e cultura*. Porto Alegre : Imprensa Livre : Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 62 – 74.

COSTA, B. P. da; BERNARDES, A. H. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface. *Cidades, Presidente Prudente*, v. 10, n. 37, p. 30 – 60, 2013.

FUINI, L. L. Território e geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Formação, Presidente Prudente*, v. 21, n. 1, p. 3 – 20, 2014.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo; ED. UNESP, 1991.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: Ed. UFF, 1997.

_____. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2), p. 15 – 46, jul/dez., 1997.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, Rio de Janeiro, ano III, n. 3, p. 77 – 85, 1997.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo na sociedade de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MASSEY, D. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PIMENTA, J. R. As “tartarugas de Geertz”: a afirmação de um ponto-de-vista geográfico na relação antropológica. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 25, pp. 177 - 190, 2009.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A. et. al (org.). *Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 13-34.

TONELI, M. J. F.; PERUCCHI, J. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, 18 (3), p. 39-47, set./dez. 2006.

TURRA NETO, N. Do território aos territórios. In: SOUZA, A. J. de; SOUZA, E. B. C. de; MAGNOMI JR, L. (org.). *Paisagem território região: em busca da identidade*. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 87-101.

_____. *Enterrado vivo: identidade e território punk em Londrina*. São Paulo: EDUNESP, 2004.

_____. Juventudes e território na cidade. In: PASSOS, M. M. dos; CUNHA, L.; JACINTO, R. (org.). *As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa: paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal (II)*. São Paulo: Outras Expressões, 2012a, v. II, p. 425-434.

_____. *Múltiplas trajetórias juvenis: território e redes de sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012b.

_____. Espaço e lugar no debate sobre território. *Geograficidade*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 52-59, 2015.